

Acervo etnográfico Kapinawá da Aldeia Malhador: notas sobre documentação museológica

Débora Moura

Octávio Soares Santos

Renato Athias

DOI: 10.48006/978-65-87289-38-13

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é debater atividades desenvolvidas em pesquisas de campo realizadas em 2018 e 2019 na Aldeia Malhador, tendo em vista a documentação museológica de acervos etnográficos. Trata-se de evidenciar a importância de uma construção museal colaborativa, visando à salvaguarda, à sistematização e ao monitoramento de informações do acervo etnográfico do povo indígena Kapinawá, no sertão pernambucano. Além disso, busca-se verificar como o processo da preservação da memória desse povo e de suas coleções vem sendo realizado pela comunidade da Aldeia Malhador, mostrando quais aspectos estão relacionados à preservação

e à conservação dos objetos, focando na participação comunitária e colaborativa para curadoria das peças e execução da conservação preventiva adaptada para a realidade dos recursos disponíveis.

É importante lembrar, tal como assinalado por Mário Chagas que o surgimento dos museus aconteceu muito antes da institucionalização da Museologia como campo de saber, em 1932, considerada uma iniciativa cultural revolucionária para a época, pelo então diretor do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (RJ), Rodolfo Garcia (Chagas, 2009:27). Tem-se conhecimento de que nos séculos XVI e XVII, intensamente marcados por atos de exploração em terras desconhecidas, era muito comum o hábito de colecionar objetos naturais e definidos como exóticos, entre eles: animais, minerais e vegetais. O acúmulo dessas peças incentivou a criação de ambientes reservados especificamente para depositá-las. Entretanto, na época, essas ações não estariam acompanhadas de pensamentos ou intenções críticas sobre a exposição ou a preservação desses objetos. Nesse contexto, surgiram os Gabinetes de Curiosidade. E mesmo com um perfil totalmente acumulativo, serviram de local para pesquisas e estudos com base nos objetos que armazenavam (Soto, 2014).

Com o passar do tempo, instituições e pesquisadores influentes estavam acessando cada vez mais esses locais e essa conjuntura foi delineando os primeiros caminhos

que os conformam como um espaço de legitimação, de fazer ciência e de acesso direto ao conhecimento. Diante disso, notou-se a necessidade da construção de políticas concernentes a esses espaços, de modo a facilitar e organizar a preciosidade existente nos Gabinetes (Soto, 2014). Então, os museus foram ganhando forma. Assim como também apareceu a necessidade de um campo científico que fosse capaz de resolver suas demandas, sendo esse o início da Museologia.

Faz-se necessário situar alguns conceitos, fatos e linguagens empregados na Museologia para uma melhor compreensão da metodologia aplicada, bem como avaliar os processos implantados, originados em raízes tradicionais, que precisam ser questionadas e expostas para sua modificação e ampliação, possibilitando que o espaço de cultura seja de fato acessível por todos aqueles que sintam a necessidade de expor e difundir suas práticas culturais. O ambiente, continuamente, deve proporcionar que os públicos sejam capazes de se reconhecer e se sentir pertencentes ao espaço.

O curso da Museologia nasceu do viés conservador, nacionalista, elitista e seletivo; com teorias, perspectivas e condutas erguidas sob olhares e narrativas de padrões europeus, desde as disciplinas que eram ofertadas até as que as ministravam. Uma personalidade muito importante para a compreensão da base

tradicional da Museologia, considerada referência na disciplina Técnica de Museus e “pai fundador” de museus nacionais históricos, foi o professor, museólogo, político, advogado e cronista Gustavo Barroso (1888-1959).

Para Mário Chagas (2009:103), a cultura popular era considerada como folclórica, algo que não tinha muita relevância, sendo apreendida uma muitas vezes uma expressão cultural em transformação. Segundo a compreensão de Barroso, no entanto, as relíquias deveriam retratar o passado “glorioso” do país. Essas relíquias no museu, eram em sua maioria, de uma origem militar, referindo-se ao período Imperial no Brasil carregando uma narrativa que não se associava a problemas contemporâneos, muito menos ao papel dos museus na sociedade.

Houve uma mudança desse pensamento disciplinar graças ao desenvolvimento dos estudos etnográficos. Antes, pensava-se assim por que o estudo antropológico era fragmentado entre viajantes, missionários e administradores e, depois, passado ao pesquisador erudito (o caso citado de Gustavo Barroso), que recebia informações, analisava-as e interpretava-as de acordo com o pensamento de sua época. Essa era uma atividade considerada nobre. Só depois o pesquisador passa a entender a necessidade de deixar seu gabinete de trabalho, levando em consideração que a pesquisa de campo e a observação direta *in loco* integram a pesquisa museológica em si.

or causa de pensadores como Franz Boas¹, esse tipo de ponto de vista foi atribuído como “microsociológico” (Athias, 2010). Segundo Boas, no campo, tudo deve ser anotado de modo detalhado, desde objetos até melodias. Diferentemente de Barroso, que além de optar por não adotar tais métodos, mostra-se mais preocupado em impulsionar um olhar imperialista, nos moldes europeus, com a finalidade de construir uma narrativa hegemônica e de poder, Franz Boas mostrava que os costumes só têm significação se estiverem relacionados com o contexto particular ao qual se inscrevem. Para Boas, “apenas o antropólogo poderia elaborar uma monografia, isto é, dar conta cientificamente de uma microsociedade, que, apreendida em sua totalidade, é considerada em sua autonomia teórica” (Laplantine, 2003, p. 59).

Seria interessante assinalar a necessidade de mostrar as diferenças na terminologia usada no campo disciplinar da Museologia com o intuito de perceber aspectos da

1 Franz Boas (1858-1942) foi um antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos, conhecido como “pai da antropologia americana”. Um dos maiores expoentes da corrente culturalista na antropologia, sua influência estendeu-se para além de seu tempo, sendo considerado um dos maiores antropólogos desde o surgimento dessa disciplina como ciência.

metodologia que se quer evidenciar neste artigo, pois é com base no entendimento de dois autores respeitados no campo, Desvallées e Mairesse (2013), assinalando que podemos compreender o aspecto museal, ou seja, tudo aquilo que está relacionado e faz referência ao museu como instituição; criando assim uma distinção operativa para o termo museológico, que seria tudo o que é parte e que referencia-se aos aspectos que vão além daquele denominado de museal.

Portanto, a Museologia, como campo disciplinar do fazer e saber, está associada à musealização enquanto um processo realizado em um objeto, no qual se aprofundam seus aspectos simbólicos. Em outras palavras, quando colocamos um objeto do uso cotidiano para narrar e representar algo ou alguém, esse objeto foi musealizado; contudo, essa não é uma prática específica da Museologia. Assinalamos que os processos museológicos com coleções etnográficas deveriam ser revistos, tal como Franz Boas (Athias, 2010) evidenciou e que outros pesquisadores (Athias; Gomes, 2016) estão buscando colocar em prática (Gomes, 2019).

Antes do século XIX, a ideia que se tinha sobre o indivíduo era de que, desde a sua criação, ele não sofrera alteração, era um ser fixo, imutável. Esse pensamento era fortemente influenciado pela filosofia religiosa cristã. Um dos acontecimentos que deu luz ao conhecimento que

temos hoje em dia foi a descoberta de fósseis, ou seja, a concepção da arqueologia como saber científico. As pessoas se confrontaram com a querela do não fixismo. Essas evidências revelaram que não somente os seres vivos mas também toda uma cultura que os cerca, envolvendo saberes específicos, sofreram grandes transformações no decorrer dos anos. A história da arte também teve o início de sua autenticação científica no século XIX. Isso se deu por meio da valorização dos objetos como sendo pertencentes ao seu domínio de estudo. Com o avanço das novas descobertas, eles eram entendidos como documentos únicos e legítimos, que poderiam sinalizar culturas antecessoras e distantes (Brulon, 2015).

A obra de arte e o monumento são, por fim, admirados por sua unicidade e originalidade, até certo ponto, responsáveis por documentar a “verdade”. Esses mesmos objetos – e não somente eles, os fósseis arqueológicos também – precisavam ser legitimados para se chegar a tal exatidão como finalidade científica. Assim, a busca pela “verdade”, ou pela ciência na arte, necessitava de um trabalho fundado na autenticidade dos documentos. Esse trabalho de ratificação das “coisas” (objetos, artefatos, fósseis e escrituras) dava-se dentro de instituições museais ou através da própria ideia de museália (Brulon, 2015).

A compreensão de museu e de processos museológicos, como não poderia deixar de ser, acompanha essas

novas descobertas, e hoje podemos pensar em museu tradicional com base no conceito do artigo 2º, §1º, dos estatutos do Conselho Internacional de Museus (ICOM; do inglês, International Council of Museums):

Instituição sem fins lucrativos, permanente, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, divulga e expõe, para fins de estudo, educação e divertimento, testemunhos materiais do povo e seu meio ambiente. Um museu, por definição, é uma instituição a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, e geralmente é aberta ao público (mesmo que este público possa ser restrito, no caso de certos museus muito especializados, como certos museus acadêmicos ou médicos, por exemplo). (ICOM, 1999).

Contudo, o conceito de museu do ICOM ainda não é capaz de assimilar tudo que pode vir a ser museu atualmente, principalmente no campo das coleções etnográficas. Por isso, novos debates estão ganhando força, com o intuito de pensar, através da crítica, um conceito mais abrangente de museu, e da própria Museologia em questão, que consiga envolver as reais necessidades de quem quer utilizar esse dispositivo a seu favor, tornando-o mais acessível, inclusivo e democrático (Athias; Lima Filho, 2016).

Na atualidade, após muitos questionamentos e debates diante de conceitos já estabelecidos pelos estudos sobre museus, pode-se visualizar a existência de

museologias, no plural. Esse entendimento vem por um viés de desconstrução da ideia eurocêntrica, colonial, que busca diversificar, com base em situações etnográficas, em releituras de textos teóricos museológicos já publicados e também em provocações de questionamentos dos povos originários, esses espaços museais, que devem ser ocupados e representados de modo culturalmente adequado. Perguntar-se “de qual Museologia estou falando?” é essencial para reconhecer qual metodologia colaborativa (levando em consideração objetivos basilares de inclusão e representatividade) pode ser aplicada.

Dessa forma, para contribuir com a documentação e a preservação do acervo etnográfico da Aldeia Malhador, precisamos utilizar a ampliação dos conceitos no campo disciplinar da Museologia. E, além disso, associá-la a uma abertura para construção de outras ideias, que devem ser formadas para além das paredes de um museu, atravessando os muros de uma universidade e unindo forças para fazer um trabalho colaborativo com aqueles que vivem realmente essa realidade.

Por conta da presença e da força de atuação dos teóricos da Museologia Social (Chagas; Gouveia, 2014), compreendemos que a musealização é um processo que ocorre para além do museu, visto que podemos musealizar em qualquer lugar. No entanto, é preciso atentar-se que tudo *pode* ser musealizado, mas nem tudo *deve*

ser musealizado, pois existem questões éticas acerca das coleções e de quem as possui. Vale ressaltar que não é porque um objeto está inserido no âmbito museal que ele está efetivamente musealizado. Existem muitas narrativas e críticas envolvidas nos processos de musealização de um objeto, principalmente quando são questões relativas a reparações históricas.

É muito importante situar devidamente como o objeto será utilizado durante e após uma melhor compreensão do simbolismo que cada objeto contém. O filósofo Giorgio Agamben (2007) aponta que muitos objetos são sacralizados e distanciados de seus produtores, de seu uso comum, provocando uma lacuna para a existência do sentimento de pertencimento, tornando-os “sagrados”. Contudo, simplesmente “pôr em uso os objetos que estão em desuso” não é o caminho a ser trilhado. Agamben chama esse comportamento de sacrilégio, que seria a mesma coisa que pura violação ou negligência. O processo de musealização, sobretudo com objetos etnográficos, deve ir além dessa compreensão. Ele tem que buscar, não somente superar e desativar múltiplas consagrações, mas também restituir e ressignificar, o que ele vai chamar de profanação (Agamben, 2007). Manusear também pode ser compreendido como uma maneira de preservar, só que a experiência tem um impacto que afeta e atravessa ainda mais quem está em contato com esses objetos.

Hoje, vários povos indígenas estão à frente de projetos de construção dos próprios espaços museais de memória. Isso acontece não somente com a finalidade de ratificar sua identidade mas também da necessidade de redescobri-la e apresentar novos sentidos. É uma possibilidade de distanciamento de um discurso colonialista ocidental que foi, durante muito tempo, amplamente difundido, fazendo-se presente em muitos lugares e estando, até hoje, calcificado em grande parte do imaginário social brasileiro. Recentemente, alguns debates ganharam corpo dentro do campo teórico museológico, tornando evidentes algumas inquições. Será que há de fato uma museologia indígena? Existem novos espaços de memória não limitados somente aos já conhecidos museus etnográficos, mas sim os “novos” museus ditos “tribais” e os museus “étnicos”? E, se há, será que essas instituições conseguiram se consolidar (Athias; Gomes, 2016)?

PROCESSOS MUSEOLÓGICOS E COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS

De certo modo, mesmo com todo esse movimento de transformação no campo disciplinar da Museologia e da Antropologia, ainda se percebe o velho costume de pensar o museu simplesmente como um lugar no qual se encontram alguns quadros enfileirados, alguns

objetos desconectados, alguns vídeos expostos etc. Em passos irregulares, contudo, vemos a Museologia transpor reproduções do passado para se envolver com novos compromissos, afirmando o museu como um instrumento de educação e debates críticos, envolvido política e socialmente. E, nesse sentido, um dos recursos do dispositivo museal na atualidade é agregar subsídios suficientes com a finalidade de gerar um suporte cultural com um potencial apto para reivindicar uma identidade social local (Heitor, 2021).

Em sua tese, Gleyce Heitor (2021) explora essa mecânica museal quando faz uma analogia entre os moradores do bairro do Coque, situado no centro do Recife (PE), e os de um povoado fictício retratado no filme *Narradores de Javé* (2004), em que a pequena cidade do vilarejo foi submersa, sem aviso prévio, pelas águas de uma represa. O outro exemplo desenvolvido pela autora, levando em conta o histórico e o cotidiano de um bairro periférico, diz respeito às ocupações populares que se desenvolveram na ilha de Joana Bezerra, região central da cidade do Recife. A comunidade do Coque, entretanto, tem seu entorno cortado por importantes vias que a ligam tanto ao centro do Recife e de Olinda, como ao bairro litorâneo de Boa Viagem. A vizinhança hoje é formada pelos polos médicos, hoteleiro, comercial e turístico

da cidade. Esse contexto faz com que o território sofra constantes processos de especulação política e imobiliária. Nas duas situações, tanto no povoado de Javé quanto na comunidade do Coque, a população descobre que seu local de moradia poderia ser preservado caso houvesse um patrimônio histórico-cultural de valor devidamente comprovado e documentado. E esse patrimônio poderia ser um museu (Heitor, 2021).

O museu, portanto, com base na perpetuação de um *modus operandi* da hegemonia, funcionou por muitos anos como um dispositivo legitimador de uma ideia do que seria “o índio”, a arte indígena e sua cultura. De forma que, ainda hoje, a instituição museu e o fenômeno museal são utilizados como recursos capazes de produzir narrativas específicas, interferindo diretamente em concepções que são oriundas aos próprios povos indígenas. No Brasil, a criação dos discursos e das narrativas com o advento dos objetos, e do próprio museu, teve sua “magnificência” durante o período de formação do país no ocidente.

Partindo do Museu Nacional e de suas coleções científicas como expressões do paradigma da ciência enciclopédica que fundou o campo museal no Brasil, constatamos que a história do pensamento no dito “Ocidente”, em grande medida, se vê atravessada pela história dos museus na Modernidade, ao longo da qual foram supri-

midas outras formas de experimentar e de pensar o mundo em detrimento de um único pensar universal. (Brulon, 2020).

Hoje, com a chegada de novos debates em teorias museológicas, discutidas principalmente a partir da mesa redonda de Santiago do Chile, de 1972, surgem também novas proposições sobre os espaços de memória (Athias; Gomes, 2016). Em síntese, ocorre um processo de descentralização do objeto, abrindo espaço para a apresentação de narrativas comprometidas com pautas sociais, ao incorporar falas que rompem com discursos hegemônicos. Esses movimentos epistemológicos, aliados na construção de novas museologias, estimularam a formação de espaços de memória e museus etnográficos desenvolvidos por esses atores sociais que foram historicamente representados pelas relações de dominação e subalternizados nos espaços museais.

Tendo isso em vista, e reconhecendo que um dos papéis importantes desempenhados pelo museu etnográfico é o de representar as alteridades utilizando o poder da memória como ferramenta estratégica, os museus étnicos, indígenas, tribais e o Memorial da Aldeia Malhador evidenciam que, atualmente, há lugar para desenvolver novas perspectivas. Não somente por conta do exercício da autonarrativa – de contar (representar)

a própria versão dos fatos –, mas de montá-la e apresentar sentidos próprios, através de uma metodologia específica formulada pela própria comunidade em questão (Athias; Gomes, 2016).

As aldeias da Terra Indígena Kapinawá estão localizadas a aproximadamente 295 km do centro do Recife, no agreste do estado de Pernambuco, e fragmentam-se entre os municípios de Buíque, Ibirimir e Tupanatinga. Além disso, estão situadas, em sua maioria, no perímetro do Vale do Catimbau, e demarcadas no que é hoje reconhecida como Terra Indígena Kapinawá. Esse processo de reconhecimento foi feito, pela última vez, em 2008, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e, desde então, apesar de várias reivindicações, não houve mais atualizações fundiárias. Cabe aqui informar que, atualmente, a Aldeia Malhador é vista como uma retomada pelos Kapinawá, pois o processo de demarcação não inclui essa área. Quanto à extensão territorial demarcada, está registrado que o povo Kapinawá ocupa em torno de 12.403 m². Com base no último estudo realizado em 2010, e de acordo com os dados do Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul (DSEI), o território Kapinawá tem uma população que compreende aproximadamente 1.857 pessoas espalhadas por 28 aldeias.

Durante os anos de 2018 e 2019, foram realizadas duas atividades de aula de campo; a primeira, entre os

dias 15 e 17 de novembro de 2018, e a segunda, de 14 a 16 de junho de 2019. Ambas as atividades tiveram caráter exploratório, valorizando a interdisciplinaridade e incentivando o trabalho colaborativo com os Kapinawá com base nos princípios da Antropologia e da Museologia, utilizando-se uma metodologia proposta por Athias e Gomes (2016). Nesse contexto, tais atividades colaborativas, além de serem instrumento facilitador da aprendizagem dos alunos da disciplina de Etnomuseologia, visando à aplicação da teoria vista em sala de aula com a prática em campo, tinham como objetivo principal serem, de fato, uma ação colaborativa entre os estudantes e os Kapinawá da Serra do Catimbau, mais especificamente moradores da Aldeia Malhador. Assim, embora o grupo de estudantes precisasse estar em uma posição de auxiliar com os conhecimentos acadêmicos e teóricos da Museologia, ao mesmo tempo deveria buscar sempre estar atento para reconhecer os pontos de vista dos Kapinawá, pois eles precisam ser sujeitos ativos nos processos museológicos. Todas as propostas deveriam ser discutidas por todos. Por isso, é importante reconhecer que o trabalho precisa ser desenvolvido em contraposição com a Museologia tradicional, com muito cuidado para não exercer pretensões colonialistas e dando espaço para a experimentação metodológica.

Essas duas atividades amplamente colaborativas destinadas aos Kapinawá foram organizadas e desenvolvidas dentro de um processo museológico de constituição de acervos etnográficos. As atividades constituíram-se de rodas de debates, visitas em lugares considerados sagrados, comemorações (representadas de forma cerimonial por meio do Toré e do samba de coco), entre outras ações. Essas atividades influenciaram diretamente na escolha da metodologia de pesquisa da equipe. Assim, na primeira visita, em 2018, foram realizados os registros fotográficos dos bens culturais, que já haviam sido selecionados anteriormente pelo líder indígena Ronaldo Kapinawá,² com a finalidade de documentar e, posteriormente, exibir em exposição virtual. Para que esses registros fossem realizados, os Kapinawá teriam que explicar o significado e a representatividade de cada objeto, um por um, através do uso de termos e compreensões próprias de um Kapinawá.

Nos dias que se seguiram, foram feitas entrevistas com os moradores da aldeia. Essas entrevistas tinham como base a seguinte pergunta: o que não pode faltar no museu da Aldeia Malhador? Esse questionamento coloca em evidência o paradigma da construção de uma memó-

2 Ronaldo Siqueira, conhecido por Ronaldo Kapinawá, é um líder indígena, arqueólogo, pedagogo, guia de turismo, fotógrafo e coordenador do museu comunitário inaugurado em 2015 e localizado no Espaço Sagrado Anjúca, denominado Museu Kapinawá.

ria coletiva. As negociações são travadas entre memórias de sujeitos, memórias de grupos e memória de sujeitos como memórias de grupos (Heitor, 2021; Athias; Gomes, 2016). Apesar da construção do memorial estar embasada em uma cultura específica, isso não quer dizer que ela seja completamente homogênea: os conflitos de narrativas existem entre os moradores por diversos motivos – diferentes graus de interações, localidades, finalidades e até religião – e são necessários.

Além disso, a pergunta foi elaborada em conjunto com o objetivo de minimizar a influência curatorial dos estudantes no juízo e na seleção dos objetos, para que a narrativa fosse essencialmente dos Kapinawá, buscando expor suas visões e seus valores. Foram divididas equipes que se dirigiram de casa em casa com o propósito de coletar o maior número de informações possível dos moradores. Assim, o grupo, além de conhecer mais de perto a comunidade, compreendeu a percepção das pessoas da região, indivíduo por indivíduo, acerca do que não pode deixar de ser representado no museu.

Na segunda atividade colaborativa realizada na Aldeia Malhador, em 2019, o reencontro tinha o objetivo de realizar oficinas para a salvaguarda dos bens materiais e os instruir no manuseio do próprio *site*, além de montar, junto com as pessoas mais experientes da aldeia, uma ficha catalográfica com base em suas concepções.

Do mesmo jeito que se questiona, hoje em dia, se há alguma forma de instalar obras de arte de modo que o artista e o historiador não experienciam o espaço do museu como um lugar de um triunfo sobre o outro (Lamoni; Alves, 2017), a preservação colaborativa tem o objetivo de construir, apoiada no diálogo, para se pensar com base em perspectivas horizontais ou laterais, através de um modelo de aliança.

No caso das fichas catalográficas mencionadas anteriormente, há vários vocabulários controlados dentro do campo acadêmico museológico que não se aplicam à comunidade em questão, como por exemplo, o vocábulo “artista”. Esse termo técnico teria que ser substituído através de uma estratégia de lateralidade – junto com os moradores – e interdisciplinaridade – junto com os estudantes de outras disciplinas. Em relação às oficinas praticadas, elas foram empreendidas entre as crianças do povoado dentro da escola da comunidade. Esses jovens não só participaram das atividades como também ajudaram durante o desenvolvimento delas, aprenderam processos museológicos e orientaram e pontuaram questões inerentes a cada objeto da coleção expográfica.

Com o intuito de levar os princípios das ações práticas da Museologia – conservação preventiva e documentação de acervos – para auxiliar a preservação material do acervo da Aldeia Malhador, foram realizadas oficinas

e conversas ministradas e intermediadas pelos próprios estudantes, sob a coordenação do professor responsável. Dentro do campo prático museográfico existem algumas normas e caminhos que servem como base para uma boa conservação preventiva e para a correta documentação de acervos no cumprimento do objetivo de preservar e prolongar a vida útil do estado físico dos objetos materiais, como pode ser visto em Cassares (2000). Contudo, por se tratar de um acervo etnográfico, faz-se necessária a adaptação de algumas atividades para a realidade do acervo que está sendo trabalhado.

Para o desenvolvimento de uma documentação acessível, de fácil compreensão e preenchimento, foram realizadas adaptações e modificações, enquadradas, para a realidade do local, em um modelo de ficha catalográfica levado para a oficina de documentação. A ficha catalográfica adaptada contava com campos que conseguissem dar conta, também, da subjetividade existente nos objetos, para além de suas informações tridimensionais. A atividade foi ministrada pelos estudantes para a comunidade da aldeia, buscando que todos adquirissem noções básicas do que seriam essas documentações e porque seria importante adotar essa prática para o acervo etnográfico da aldeia. Essa forma de sistematizar as informações contidas nos objetos é também um modo de preservar a memória desse povo através das peças.

No que concerne à oficina de conservação preventiva, foram demonstrados os procedimentos de higienização, acondicionamento e digitalização – registros fotográficos do acervo, individualmente. Com o desenvolvimento das atividades na oficina, conseguimos perceber que não havia uma preocupação em relação à conservação da integridade física dos objetos; não era entendido como algo sobre o qual precisasse dedicar atenção. Muitos dos artefatos estão em uso pela comunidade e ainda são utilizados no cotidiano das pessoas, por isso eles não conseguem entender essas peças como sacralizadas – como um pilão, utilizado para “bater” café, que pertenceu a gerações passadas, está em uso atualmente e será doado ao memorial da comunidade. O acervo possui significado e reconhecimento inquestionável pela comunidade, que tem uma relação direta muito forte com os objetos que contam sua história e ressaltam sua memória, por isso não são visualizados como peças que precisam se distanciar de sua função original para serem musealizados.

Durante a realização das oficinas, foram apresentadas instruções para a navegação da exposição virtual em construção, da qual eles próprios ficarão responsáveis, posteriormente, na finalização da criação, pela alimentação, pela realização de alterações e por manter o *site* em atividade. Levar o acervo etnográfico para os dispositivos digitais e virtuais é uma forma de difundir esse

patrimônio imaterial (a cultura e a memória do povo) e material (as peças em si) para que outras pessoas tenham acesso à cultura indígena Kapinawá, especificamente da Aldeia Malhador.

A preservação da memória, da cultura e dos objetos são de extrema importância para que o povo Kapinawá da Aldeia Malhador mantenha suas tradições. Utilizar os objetos que compõem o acervo etnográfico da aldeia em rituais e atividades laborais reafirma a força que as peças possuem dentro e fora da comunidade indígena, uma vez que é possível compreender sua cultura através delas. Todas as peças possuem valor afetivo, cultural, funcional, histórico e social que são passados de geração em geração.

No decorrer da pesquisa, vários Kapinawá pontuaram que, além dos objetos, não poderiam faltar as representações das práticas e dos costumes do povo, como por exemplo, bater caroá, que é uma planta sazonal utilizada para fazer vestimentas e acessórios. Também mencionaram o Toré, dança típica e ritualística, assim como fazer farinha de mandioca. O despertar para a preservação desses saberes perpassa tanto o aspecto cultural, por serem manifestações que reafirmam a identidade indígena local do povo Kapinawá (Aldeia Malhador), passadas de geração em geração, quanto o simples direito de existir e a garantia da moradia. Por serem práticas coletivas, contribuem para

o estreitamento das relações entre os indivíduos da comunidade, fortalecendo a noção de povo, principalmente entre os mais jovens da comunidade.

Com base em conversas e trocas de conhecimento com o líder Ronaldo Kapinawá, responsável pela construção do memorial da Aldeia Malhador, compreendeu-se que os objetivos relacionados à proposta do museu estariam para além de promover o fortalecimento das tradições locais. De maneira que uma das maiores motivações para iniciar o projeto de formação do museu está diretamente ligada com a luta política enfrentada pela comunidade em busca da atualização das demarcações territoriais. E isso se dá por entenderem o museu como um lugar de poder, capaz de auxiliar na legitimação da narrativa de pertencimento à terra que habitam. Essa questão é extremamente importante, não apenas pelo aspecto jurídico, do direito de habitar e de serem reconhecidos como parte do território indígena, mas engloba o aspecto religioso intrínseco à relação com essa terra, como manifestação e conexão com sua ancestralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo processo foi realizado em conjunto à Aldeia Malhador, buscando-se estabelecer uma horizontalidade na

aproximação da realidade dos moradores com nossos objetivos, prevalecendo sempre o compromisso com as vivências e as necessidades sociais das pessoas e o respeito para com os costumes e a cultura, os objetos e o povo da aldeia.

Atentamos, como pesquisadores, para preservar apenas o caráter científico de pesquisa, empregando neutralidade, escuta aberta e conversas neutras, que não influenciam os resultados encontrados, principalmente nas entrevistas. Compreendemos que o museu – mesmo com as novas ideias que se tem, sendo ele de território, comunitário, ecomuseu – ainda possui uma característica legitimadora muito forte. Glauber Lima consegue nos mostrar isso ao afirmar que, partindo das compreensões e discursos atuais relacionados às instituições museais, não é possível desassociar as instituições de “um discurso ou de um projeto que atribui a tais instituições um potencial de provocar metamorfoses sociais” (Lima, 2014:87)

O museu se configura como um dispositivo capaz de afirmar e potencializar realidades representadas em seus discursos, contudo, possui o mesmo poder relacionado ao apagamento e à distorção. É preciso atentar-se aos métodos que estão sendo utilizados para o desenvolvimento dessa narrativa; por isso nosso trabalho se configurou na escuta, na participação e na colaboração em rede (Lamoni; Alves, 2017), para que seja possível compreender que a cultura, a história e a memória do povo Kapinawá não

serão apenas representadas pelos objetos e dispositivos museais, mas transcendem e vão além da materialidade.

Uma das questões que surgiu e que merece um destaque nesse processo de documentação museológica de objetos etnográficos é, de fato, a necessidade de ter parâmetros específicos e adequados para realizar uma documentação museológica para objetos etnográficos, tal como foi discutido na famosa disputa entre Franz Boas e Mason Otis. Na maioria dos casos, os diversos manuais usados por técnicos e museólogos para a realização de documentação não levam em consideração a natureza do objeto etnográfico. Na realidade, são as interpretações realizadas por Stocking Junior (1982) sobre a controvérsia entre Franz Boas e Otis Mason que refletem o tratamento que a Antropologia tem dado às técnicas de classificação de objetos etnográficos. Mason enfatiza a importância, o que ele denominou de “Conceito de Classificação”, que estava ancorado à ideia de que “todos os que tentam classificar dados devem primeiro ter em mente certas noções, ideias ou características por meio das quais um objeto será separado do outro” (Stocking Junior, 1982, p. 8). De acordo com Stocking Junior, não era exatamente esse o ponto central na discussão entre os dois pensadores, pois Franz Boas criticava esse conceito sobre a classificação. O debate, de fato, situava-se no modo como Mason via a Antropologia como disciplina,

diferentemente de Boas. Esse debate sobre as possibilidades de análise e classificação de objetos etnográficos ainda permanece como tema importante e emergente no campo disciplinar da Antropologia e da Museologia.

Por fim, ressaltamos, como discutido por Athias e Gomes (2016), e corroboramos, com estas notas, que as atividades colaborativas e a inserção dos objetos no discurso dos povos indígenas inauguram um novo olhar conceitual para um importante espaço direcionado a uma revisão do olhar antropológico e museológico sobre o “outro” construído através dos objetos etnográficos. Nesse sentido, povos indígenas em Pernambuco e em outros estados brasileiros vêm se apropriando de variadas ferramentas de representação expressas em linguagens diversas, das quais destacamos a construção de museus e outros espaços, associados à administração/gestão da memória e do patrimônio cultural efetuados nos últimos anos através do estabelecimento de uma Política Nacional de Museus, iniciada pelo antigo Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Essas experiências colaborativas pretenderam atuar em uma demanda crescente entre povos indígenas, que buscam o fortalecimento de suas identidades étnicas (sendo melhor representados) e a qualificação para a gestão eficiente dos processos museológicos, adaptando ferramentas, técnicas e aparatos conceituais às realidades de suas experiências.

Imagens de objetos confeccionados com a palha da folha do croá, conhecida também como caroá, cujo nome científico é *Neoglasiovia variegata*, também conhecido como gravatá, gravá, e corocatá, é um tipo de bromélia de poucas folhas, com flores vermelhas ou rosadas. O seu nome vem da palavra em tupi kara wã, que significa talo com espinho. É uma planta resistente e típica das áreas de Caatinga. As folhas do caroá fornecem fibra para a confecção de barbantes, linhas de pesca, tecidos, cestos, esteiras, saias, saiotos e chapéus, além de outras peças decorativos mas também objetos rituais.



Bolsa para usos diversos



Saiote utilizado nos rituais do Toré



Bastão utilizado para bater a folha do croá



Maracá tipicamente Kapinawá com o cabo envolvido com um trançado.

Estes objetos atualmente fazem parte do acervo do Museu Kapinawá da aldeia Malhador.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, n. 31, p. 100-125, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *Elogio da profanação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ATHIAS, Renato; GOMES, Alexandre (org.). *Coleções etnográficas, museus indígenas e processos museológicos*. Recife: EDUFPE, 2016.
- ATHIAS, Renato; LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina. (org.) *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora da UFPE: ABA Publicações, 2016.
- ATHIAS, Renato; LIMA FILHO, Manuel. Dos museus etnográficos às etnografias dos museus: o lugar da antropologia na contemporaneidade. In: RIAL, Carmen; SCHWADE, Elisete. *Diálogos antropológicos contemporâneos*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2016.
- ATHIAS, Renato. Os objetos, as coleções etnográficas e os museus. In: MOTTA, Antonio; BARRIO, Angel Espina; GOMES, Mario Helio. *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. p. 303-312.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 28, p. 1-30, 2020.

BRULON, Bruno. Os objetos de museus, entre a classificação e o devir. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2015.

CASSARES, Norma Cianflone. *Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas*. Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. – Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

COLEÇÃO (Krzysztof Pomian). *In: Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Memória e história, v. 1).

DESVALLÉES, André; MAIRESSE; François (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

HEITOR, Gleyce. *Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

GOMES, Alexandre Oliveira. Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico / Tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, em 20 de fevereiro de 2019.

ICOM. Estatutos do ICOM. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 15, n. 15, p. 31-82, 1999.

LAMONI, Giulia; ALVES, Margarida. Conexões radicais: feminismos, curadoria e colaboração. *Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, Lisboa, n. 38, p. 39-55, 2017.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LIMA, Glauber. Museus, desenvolvimento e emancipação: o paradoxo do discurso emancipatório e desenvolvimentista na (nova) museologia. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 85-106, 2014.

RIBEIRO, Berta; VAN VELTHEM, Lúcia. Coleções etnográficas: documentos materiais para a história indígena e a etnologia. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RUSSI, Adriana; ABREU, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 17-46, jan./abr. 2019.

SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal a serviço da transformação social. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 48, n. 4, p. 57-81, 2014.

STOCKING JUNIOR, George W. (ed.). *A Franz Boas reader: the shaping of American anthropology, 1883-1911*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

VIDAL, Lux Boelitz (org.). *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Edusp, 1992.